

AS COMUNIDADES KALUNGA DIADEMA E RIBEIRÃO: O ESPAÇO RURAL E A IDENTIDADE TERRITORIAL

Luana Nunes Martins de Lima¹
luanunes_7@hotmail.com

RESUMO:

A presente pesquisa foi elaborada a partir de estudos realizados nas comunidades quilombolas Kalunga de Diadema e Ribeirão, localizadas no município de Teresina de Goiás. Enfoca aspectos de sua cultura e identidade, definidos pela ruralidade, bem como sua relação com o bioma cerrado. Buscou-se analisar parte do processo de construção da identidade territorial das comunidades Kalunga, considerando as especificidades do espaço rural. Verifica-se que as paisagens naturais e as culturalmente construídas, o modo de vida rural, o trabalho, a relação com a natureza, a religiosidade e as práticas festivas são elementos que marcam a identidade territorial dessas comunidades. A identidade do grupo é responsável por criar um sentimento de pertencimento ao seu território, permitindo que se fortaleçam e se autoafirmem enquanto grupo étnico, preservando sua cultura e seus costumes.

PALAVRAS-CHAVE: Kalunga, Identidade Territorial, Espaço Rural.

Introdução

As comunidades denominadas quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica e cultural os distinguem no conjunto da sociedade. Por mais de dois séculos estas comunidades formadas por antigos escravos, negros alforriados constituídas em quilombos buscam por seus direitos e pela garantia de seus territórios. Com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes de quilombos, esses grupos foram finalmente reconhecidos oficialmente pelo Estado e passaram a buscar de maneira mais efetiva seus direitos (NEIVA, 2008).

Dentre essas comunidades tradicionais encontram-se, na região norte de Goiás, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, os Kalunga. Em termos numérico e histórico está entre as maiores do país, ocupando uma área de 253,2 mil hectares, com uma população estimada de 3.752 habitantes, segundo Almeida (2010). Em 1991 esse território foi reconhecido como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, pela Lei Complementar do Estado de Goiás, número 11.409-91. Estas comunidades quilombolas

¹ Graduada em Turismo pelo Instituto Federal de Goiás. Graduanda em Geografia e Pós-graduanda em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás.

Territorialidade Kalunga nas comunidades Diadema e Ribeirão: aspectos culturais, religiosos e socioespaciais

Para Almeida (2010), o território Kalunga representa substancialmente uma convivialidade, ou seja, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra enquanto constrói sua identidade cultural. A autora explica que uma identidade cultural é composta por elementos que, juntos, formam um todo integrado e interrelacionado, como a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores, as crenças e outros elementos tangíveis, incluindo a tecnologia.

Em conversas com os moradores foi possível constatar que sua identidade se estabelece na relação que os mesmos têm com o lugar e o sentimento de pertencimento dá-se em virtude de ser o lugar onde nasceram e foram criados, como pode ser entendido no seguinte depoimento:

“A pessoa que nasceu e criou aqui dentro, ele tem muito o estilo do lugar, tem vontade de andar, uma hora tá aqui, uma hora tá lá no pé da serra, outra hora pega o anzol e vai pra beira desse rio aí, então é tudo divertimento”. (D.S., 48 anos)

Ainda conforme Almeida (2010), o território Kalunga é o local da convivência, das relações sociais, simbólicas e de sua memória. Assim, os Kalunga “reconhecem a herança cultural e o local de vivências com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial” (ALMEIDA, 2010, p.43). A sociabilidade dessas comunidades é construída por meio dos agrupamentos de familiares, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas festividades.

Assim, é pelo reconhecimento de sua própria cultura e pela relação com seu espaço de vivência que as comunidades Kalunga nutrem a memória coletiva. A memória é um elemento essencial da identidade. A memória do grupo representa a formação e representação da cultura e identidade de um povo. Nesse sentido, ela atua como um saber, formando tradições e caminhos como canais de comunicação entre dimensões temporais, conforme propõe Diehl (2002, p.116-117):

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. [...] Pelo senso comum, a memória está intimamente ligada às tradições familiares, grupos com suas idiossincrasias peculiares. Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim, continuidade e identidade daquelas tradições.

Apesar das dificuldades que ainda vivenciam, como falta de água encanada em muitas residências, falta de atendimento médico e odontológico nas comunidades, vias de difícil acesso, transporte escasso com frequência de ida semanal à cidade, muitos moradores das comunidades ainda preferem viver na região porque é o lugar que conhecem, onde se sociabilizam uns com os outros e onde viveram durante toda suas vidas.

“A gente é nascido e criado aqui, quando sai fica doido pra voltar. Acostumamos a viver aqui. [...] É bom, né? É meio difícil, mas é bom”. (M.P.X., 71 anos)

Para as comunidades a paisagem da região, além de bela, sugere tranquilidade e bucolismo. Os moradores Kalunga dessa região percebem a paisagem de forma muito afetiva, sentindo-a como algo necessário, algo que sempre fez parte de suas vidas, tanto em seu aspecto material, no que diz respeito ao espaço rural e ao sustento que vem do cultivo da terra, quanto em seu aspecto imaterial e simbólico.

“Aqui é um lugar sossegado, cê pode sair aqui ó, dormir de noite em qualquer cerrado desse aí ó, que nem onça tem”. (D.S., 48 anos)

A paisagem também se apropria da cultura, dos costumes e das práticas sociais das comunidades. Entre essas práticas estão as festas, a religiosidade, a agricultura, o uso dos recursos naturais, a culinária, a convivência entre as famílias.

O acesso às moradias dá-se, muitas vezes, por pequenas trilhas no meio do cerrado. A distância entre uma casa e outra é considerável, exceto aquelas cujos parentes próximos vão ocupando o mesmo terreno. Toda a região possui trilhas abertas e envoltas por vegetação do cerrado, pelas quais, esporadicamente, no decorrer do dia passam veículos, pessoas se deslocando a pé ou a cavalo. Durante todo trajeto de entrada nas comunidades e nas trilhas para a chegada nas residências dos moradores o cerrado vai se mostrando em suas mais variadas formas: Cerrado *stricto sensu*, cerradinho, campo – rupestre, veredas, cerradões e matas galerias, formando um mosaico de vegetação cobrindo serras, morros e vales a perder

de vista.

Segundos dados da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) de 2004, a comunidade Diadema possui 50 domicílios e a comunidade Ribeirão, 41 domicílios, sendo que o número médio de pessoas por domicílio, segundo esse levantamento, é de 4,33 (MARINHO, 2008b).

A comunidade Kalunga tem sido alcançada por benefícios advindos do Governo Federal em alguns aspectos, como por exemplo, novas moradias de alvenaria substituindo as antigas feitas com adobe e palha, rede elétrica, entre outros. Mesmo assim, ainda é comum a presença dessas casas antigas, pois muitos ainda não foram contemplados nas etapas de construção que já foram executadas e outros mantiveram a antiga casa para utilizá-la de outras formas.

Poucas casas nessas comunidades recebem água encanada, apenas aquelas que possuem poços artesianos próximos. Por esse motivo, há a necessidade de ir até o rio, seja para buscar água para casa, seja para lavar louças e panelas, ou ainda para banhar-se.

Constatou-se que as residências, pouco a pouco, já estão sendo adaptadas pelos próprios moradores, que estão adquirindo o material de encanação para que seja instalado um sistema hidráulico que leve a água do rio até as casas. As residências dessas comunidades também já contam com energia elétrica.

As comunidades reivindicam estradas, posto de saúde, telefone público, casa digna para todos, água encanada, entre outros direitos básicos e necessários para garantir a sua cidadania. Contudo, nota-se o descaso de autoridades federais, estaduais e municipais que somente tem disponibilizado para essas comunidades benefícios sociais como cestas básicas e Bolsa Família. Essas políticas se mostram insuficientes diante da realidade local, pois não auxiliam na forma de organizar a produção, na distribuição e no consumo de bens socialmente produzidos.

Sobre o direito à cidadania, Santos (2007) afirma que o exercício dessa cidadania não está em falta apenas no meio urbano, mas, sobretudo, no meio rural, sendo o mercado e o Estado os grandes responsáveis por essa situação. O morador do campo se encontra incapaz de agir diante de uma economia cada vez mais modernizada e excludente. Além disso, o mesmo é muito mais privado de direitos que a maioria dos moradores da cidade, pois os

serviços públicos essenciais lhe são negados, sob o pretexto de não haver recursos para fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade e tantos outros serviços essenciais.

Marinho (2008a), pensando o consumo como um meio de aquisição da cidadania, explica que a pouca disponibilidade de recurso, tanto de renda quanto de acesso a produtos do mercado também fragiliza essas comunidades, colocando-os numa condição de cidadania incompleta.



Figura 2: Morador pelas trilhas da região. Autoria: Luana N. M. de Lima, maio 2011.



Figura 3: Casa de adobe, moradia Kalunga. Autoria: Luana N. M. de Lima, maio 2011.

A maioria dos Kalunga se autodenomina católicos, mas por manter certa autonomia em relação à Igreja, pode ser considerado um catolicismo independente, com práticas diferentes das exercidas na liturgia da igreja. São devotos de São Sebastião, Santo Antônio, Divino Espírito Santo, São José, Santo Reis, Nossa Senhora de Aparecida, Nossa Senhora d'Abadia, Nossa Senhora das Neves, dentre outros santos. Nas comunidades Diadema e Ribeirão, existe uma pequena capela onde as missas são realizadas mensalmente por um padre que se desloca da cidade.

Os moradores dessas comunidades participam da Festa de Nossa Senhora de Aparecida nas proximidades da capela em Diadema, no mês de outubro, da Festa do Divino Espírito Santo, no Vão de Almas em agosto, da Folia de Santo Reis em janeiro na Ema e da Romaria de Nossa Senhora d'Abadia em Cavalcante, entre outras festas.

Essas festas são momentos e pontos de encontros. As conversas realizadas com

moradores das comunidades em questão revelam que o encontro com amigos e parentes é a principal motivação de sua frequência às festas todos os anos, sendo um período muito esperado por todos. Nesses relatos é possível perceber sentidos e sensibilidades relacionados às ocasiões festivas. As festas, em geral, revelam o misto do sagrado e do profano em expressões de fé e de práticas solidárias.

Segundo Silva Jr. (2008), as festas religiosas são circulares, demarcando a passagem do tempo, o cultivo da terra, e caracterizando-se pela oportunidade de congregarem no mesmo ambiente pessoas de toda a comunidade. Ocorre manifestações de fé, alegria, política e reencontros entre familiares e amigos, durante vários dias. Enquanto comungam os preceitos festivos e católicos discutem o futuro e avivam um novo ciclo. De acordo com este autor:

Como toda festa popular, elas são demoradas e marcadas por uma contínua e deliciosa comilança” proclamando a abundância e a perspectiva de um tempo melhor. Durante vários dias uma incessante corrente de novenas, ladainhas, bebidas e fogueiras evocam o poder dos mais velhos, legitimam famílias, abrem espaço para os mais novos e trocam experiências profundas.

A organização da folia não segue esquema determinado fechado e o peditório é feito nas casas e no rancho com cabanas de palha. Comidas e bebidas são oferecidas durante o festejo e ladainhas. Os forrozeiros (com som eletrônico, alimentados por baterias de carro) armam tendas de lona para a dança no terreno diante da capela e alguns membros da Comunidade montam pequenos comércios. As bebidas típicas são: a cachaça pura de alambique, a garapa (caldo –de-cana), destilados industriais, a “Caninha 51” e o “Cortezano”, e o quentão feito com pinga, gengibre e canela, para aquecer a noite fria. O *ki-suco* (refrescos em pó) e os refrigerantes naturais são servidos nas quentes e secas tardes de agosto. Nas refeições, predominam o arroz, o feijão e o milho. Há resquícios de virtualhas sagradas, sopas feitas de legumes, feijão e carne seca com farinha. A maioria das pessoas come com a mão (principalmente mulheres e crianças) e as frutas da época e da região servem de sobremesa. (SILVA JR., 2008, p. 4).

A descrição do autor pode ser confirmada em muitos aspectos por moradores das comunidades, principalmente no que diz respeito às novenas, aos comes e bebes e aos pequenos comércios desenvolvidos em cabanas de palha próximas à capela. Segundo relatos de S.F.M., cada família leva de casa a própria comida para o festejo. A refeição são alimentos comuns consumidos no dia a dia das famílias, como arroz, feijão, abóbora, milho. Algumas levam carne.

Segundo Siqueira (2006), a Festa de Nossa Senhora de Aparecida envolve a novena, o giro da folia e o império (ou reinado). A novena é rezada na capela, sendo a cada dia um noveneiro responsável pela reza e pelo oferecimento de lanche aos presentes. Há oito dias de

novena antes do último dia (nono), o império, quando acontece o arremate da folia. O nono dia, então, completa a novena no dia 12 de outubro, instituído como dia de Nossa Senhora de Aparecida. A festa corresponde ao encerramento das celebrações.

Nas noites da festa dança-se o forró em um grande rancho de palha construído próximo à capela e serve-se o “banquete do reinado”. Também próximos à capela são dispostos vários barracos de palha onde se vende bebidas, comidas e guloseimas, geralmente bem simples.

S.F.M. alega que pela presença de muitos visitantes foram criados os “restaurantes” e muitos moradores vão às festas exclusivamente em função do comércio. Não considera de forma alguma negativa a presença desses visitantes vindos de outras cidades, até porque os mesmo possibilitam a existência desses comércios que muito contribuem para as pessoas que o desenvolvem durante a festa.

Conforme Siqueira (2006) é formado um acampamento de barracos onde as famílias se alojam no período das festas. A festa é, portanto, uma oportunidade quase rara da reunião de muitos parentes e amigos, pois muitas casas encontram-se a quilômetros de distância uma das outras nas comunidades. Moradores de outras comunidades Kalunga que residem em municípios vizinhos e que, para chegar ao local da festa, fazem o trajeto entre as serras a pé ou a cavalo, podem tornar-se vizinhos de barraco. Assim, além de uma ocasião para celebração religiosa, também é um momento de encontrar parentes e amigos que há muito tempo não se vê, tratar sobre negócios, arranjar casamentos e até de se realizar vinganças.

Siqueira (2006) descreve os giros da folia (feitos a cavalo) como um ritual de passagem nas casas, com cantos para que a santa padroeira abençoe os donos dessas casas e peditórios de esmolos para a folia do próximo ano. A bandeira é muito reverenciada e tida como portadora de poderes sobrenaturais. Nos pousos dos foliões ela é levada para o interior da casa, sendo devolvida quando a folia faz o canto dos Benditos da Mesa e parte.

Na festa de Nossa Senhora de Aparecida tem ainda a folia do Cipó, que se trata de um pequeno giro simbólico da folia no meio dos barracos do acampamento para convidar a todos para a festa.

Todos os anos há sorteios que determinarão quem assumirá responsabilidades específicas para o ano vindouro. As pessoas sorteadas assumem a responsabilidade na doação

de alimentos, bebidas e ornamentos. Nesses sorteios escolhe-se então o festeiro, o rei e a rainha, que receberão o banquete feito com essas doações.

O Império é um ritual da festa que consiste na busca do rei e da rainha pelo alferes e pelo quadro. A rainha veste um longo vestido branco com dourado e o rei, terno preto e gravata. Também é escolhido um casal de anjos que acompanha o rei e a rainha. O quadro é constituído por quatro homens escolhidos que portam uma vara de cerca de dois metros de comprimento. As varas são dispostas no chão formando um quadrado (ou seja, o quadro). O quadro é composto com o alferes levando a bandeira e o “guardião da espada”. Quando o rei e a rainha já estão dentro do quadro, o império se destina à capela. Na porta da capela, o alferes faz a venda com a bandeira diante do “guardião da espada” e o mesmo faz a venda com a espada para o alferes. Após esses movimentos circulares (da bandeira e da espada) há um movimento de reverência, dobrando-se levemente um dos joelhos.

Após a venda, rei e rainha entram e sentam-se voltados para o público, que, por sua vez, não se comporta dentro da pequena capela. Nesse momento são feitas as rezas e os cantos de ladainhas. Em seguida, o rei e a rainha dirigem-se para o local onde está disposto o banquete em uma mesa. Sentam-se a mesa para comerem, os demais participantes formam uma enorme fila para também se servirem. Segundo Siqueira (2006), durante toda a cerimônia, o rei e a rainha recebem privilégios e lugares de destaque que foram adornados e preparados especialmente para eles, incluindo a própria indumentária. Essa posição ressalta a todo o momento a diferenciação social, muito comum aos nobres.

Após a cerimônia e o banquete, a festa perdura por toda a noite, com danças, corridas, atividades recreativas, entre outros.

É possível afirmar que as práticas religiosas, profundamente ligadas às partes do festejo, revelam a dinâmica social da comunidade quilombola, as operações simbólicas nelas contidas também sustentam a produção de seu território. O ritualismo, presente na duração cíclica do tempo deixa transparecer as constâncias se repetindo, se articulando e apresentando performances e celebrações.



Figura 4: Espaço destinado para as festas; tendas para comércio. Autoria: Luana N. M. de Lima, maio 2011.



Figura 5: Capela na comunidade de Diadema. Autoria: Luana N. M. de Lima, maio 2011.

Muitos moradores das comunidades converteram-se ao protestantismo, por intermédio da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Batista. Esta última é responsável pela criação e manutenção da Creche Ebenézer, que atende atualmente 21 crianças Kalunga das comunidades. Segundo relatos, como resultado dessas conversões, as festas perderam muitos foliões e houve a diminuição da quantidade de frequentadores.

A base da economia Kalunga é a agricultura de subsistência. As famílias geralmente cultivam mandioca, feijão, abóbora, banana, mamão, milho, arroz (temporariamente), além de outras frutas, raízes e ervas utilizadas como remédios. A atividade de cultivo do alimento nas roças, pomares e hortas é parte da relação com a terra na cultura Kalunga. Nota-se o cuidado e o respeito com a natureza, e a diversidade cultivada nas roças, que normalmente ocupam pouco espaço, com intensa produção.

Em Ribeirão e em Diadema foram identificados poucos criadores de gado, sendo que alguns moradores criam o gado solto por não possuírem condições favoráveis para manter pastagens.

Na região também pode ser encontrados uma grande diversidade de frutos do Cerrado. Entre eles, mangaba, pitomba, cagaita, jatobá do campo, pequi, coco, caju, araçá, baru, macaúba e outros. Segundo relatos extraídos das entrevistas nessas duas comunidades, esses frutos não estão sendo bem aproveitados na época em que amadurecem e muitas vezes, perde-se grande quantidade. Os moradores da região ainda não receberam treinamento para o armazenamento e o uso na culinária, mas afirmam terem conhecimento de projetos com esse

fim, tanto da Universidade Federal de Goiás quanto da Secretaria da Agricultura de Goiás.

Os Kalunga são portadores de saberes e revelam profundos conhecimentos sobre plantas e animais, associam as mudanças de estação, fases lunares e ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos ao conhecimento dos diferentes tipos de solo, utilizando seus espaços em interação com a natureza do cerrado. De acordo com Almeida (2003, p.78), “isso permite afirmar que a natureza converte-se, assim, em um patrimônio cultural e a biodiversidade deste ecossistema é, na atualidade, parcialmente de domínio destas populações”.

Há uma preocupação cada vez maior com a preservação do cerrado e com o patrimônio biológico existente no bioma, bem como, com a relação cultural existente entre os Kalunga e o cerrado, que não pode se perder. As comunidades Kalunga aderem uma visão particular e uma especificidade de vivência que contribuem para a valorização e conservação ambiental.

A relação dos Kalunga também com o rio, por exemplo, é muito expressiva. Nas comunidades Diadema e Ribeirão passam o rio Paranã e o Ribeirão dos Bois. O Ribeirão dos Bois divide as duas comunidades e deságua no Paranã. O córrego Santo Antônio em Diadema deságua no Ribeirão dos Bois (Figura 1). A comunidade utiliza o rio para pesca de autoconsumo, para tomar banho, para trato dos animais, entre outros. As mulheres lavam roupa principalmente no Ribeirão dos Bois. A pesca é realizada pelos homens da comunidade em maior frequência no Funil, no rio Paranã, melhor local para essa atividade. Além disso, por encontrar-se ao “pé da serra”, no Funil, o rio contrasta-se com uma bela margem rochosa, formações geológicas, abundante vegetação e serras em todo seu arredor.

Essas características naturais, culturais e históricas foram determinantes para que o território Kalunga se constituísse em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. Nas conversas com moradores, contudo, foi possível perceber que a maioria não têm conhecimento ou não compreendem o sentido dessa designação dada ao seu próprio território, considerando muitas vezes apenas a questão da posse das terras. Apesar de “ouvirem falar” denotam uma relativa desvinculação com o passado. Sobre isso, Paula e Avelar (2002) explicam que “assuntos de difícil rememoração como discriminação e o tempo da escravidão vivido pelos pais e avós, oscilam entre o silêncio e o esquecimento”. Mesmo assim, os Kalunga ainda manifestam

atitudes de resistência quando seu território é ameaçado, como corrobora o trecho abaixo:

“Aqui tem um negócio que esse povo tava falando que há muitos anos que eles vai por uma barragem aqui, nesse Funil aí. Essa barragem num é de agora não. Aí uns fala que vai por essa barragem, outros fala que num faz, outros fala que faz, outros fala que pra fazer essa barragem tem o povo tem que assinar se não num faz, outros fala que não, mesmo que num assinar faz. Esse povo aqui é grande, o nome desse povo aqui tá longe. Como é que vai fazer essa barragem com esse povo tudo no cerrado aí?” (D.S., 48 anos).

Almeida (2010a) explica que a partir da criação da Fundação Cultural Palmares, os Kalunga passaram a ter interesse por se identificarem como quilombola. Por meio de políticas governamentais, os mesmos vêm tomando consciência da importância de suas raízes, de seus saberes e de sua identidade

É preciso considerar que cada grupo de quilombolas possui singularidades que não podem ser reduzidas a definições históricas ou simples ideias de isolamentos, de fugas e de união entre os grupos, conforme Almeida (2010a) reitera. Embora essas comunidades desconheçam o passado que lhes são imputado, “se reconhecem em uma identidade coletiva, consideram-se depositários desse patrimônio e responsáveis por transmiti-lo para gerações futuras” (ALMEIDA, 2010a, p. 120).

Considerações finais

O estudo permitiu a pesquisadora compreender o que forma o território e a identidade territorial Kalunga. As paisagens naturais e culturais, o modo de vida rural, o trabalho, a relação com a natureza, a religiosidade e as práticas festivas são elementos que marcam a identidade cultural dessas comunidades Kalunga. A identidade do grupo é responsável por criar um sentimento de pertencimento ao seu território, permitindo que se fortaleçam e se autoafirmem enquanto grupo étnico, preservando sua cultura e seus costumes.

Conforme reitera Almeida (2010b), a identidade cultural Kalunga dá sentido ao território e define suas territorialidades. Nesse sentido “a cultura, como dimensão de operações simbólicas, adere-se às paisagens, as constrói e as conforma mediante vivências e significações” (p.44).

O território Kalunga, segundo a autora, é um espaço fundamentalmente multidimensional no qual se criam e recriam as condições de sobrevivência, os valores e as práticas culturais, econômicas e sociais que lhes são próprios.

Como foi dito anteriormente, o território das comunidades Diadema e Ribeirão ainda permanece, em muitos aspectos, longe de se estabelecer com uma condição de cidadania completa. A ausência de muitos recursos deixa essas comunidades à margem de um desenvolvimento econômico e social mais efetivo.

Considerar os aspectos sociais, culturais e econômicos, que também definem a identidade dessas comunidades, é fundamental para se pensar sobre estratégias de desenvolvimento capazes de promover a sustentabilidade social cultural e econômica da região. É importante reconhecer que suas singularidades estão circunscritas no espaço rural, contudo, um espaço que não apenas se opõe ao urbano, mas também se diferencia por sua etnia e cultura.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M.G. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Ed. Vieira, 2010a.

_____. *Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado*. Revista Ateliê Geográfico – edição especial, Goiânia, v. 1, n. 9, p.36-63, 2010b.

_____. *Cultura ecológica e biodiversidade*. Mercator - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 71 – 82, 2003.

BAIOCCHI, M. de N. *Kalunga: povo da terra*. Goiânia: UFG, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues et l. *Caracterização socioeconômica e cultural da comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares*. In: IX Simpósio Nacional do Cerrado, 2008, Brasília-DF: Anais... Brasília-DF: Parla Mundi. 2008.

PAULA, M. V. de; AVELAR, G. A. De. *Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de*

negro. Espaço em Revista, Catalão, n. 45 (1), p. 77-87, 2001/2002.

MARINHO, Thais Alves. *Identidade e reconhecimento: nexos, práticas e consumo entre os Kalunga*. Revista Latitude, Maceió, v. 2, n. 2, pp.123-142, 2008a. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/160/143>>. Acesso em 05 ago. 2011.

_____. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. Goiânia. 2008b. 208 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA JR., Augusto Rodrigues da. *Vozes e versos na festa quilombola dos kalunga*. Revista África e Africanidades, Brasília-DF, ano 1, n. 1, p. 1-21, 2008.

SIQUEIRA, Thaís Teixeira de. *Do tempo da sussa ao tempo do forró: música, festa e memória entre os Kalunga de Teresina de Goiás*. Brasília. 2006. 135 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais. Universidade de Brasília.